

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS
GERAIS - *CAMPUS* FORMIGA - BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

Eficiência no Setor Público: Uma Revisão Sistemática a partir da Literatura Nacional

Grazielly Crischina Faria

FORMIGA
2025

Faria, Grazielly Crischina

F224e Eficiência no setor público: uma revisão sistemática a partir da literatura nacional / Grazielly Crischina Faria – Formiga: IFMG, 2025.
24 p. :il.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Arlete Aparecida de Abreu

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) –
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – *Campus*
Formiga.

1.Eficiência. 2. Gestão pública. 3. Custos. 4. Recursos. 5. Desempenho. I.
Abreu, Arlete Aparecida de. II. Título.

CDD 658.4

Resumo

Este estudo investiga a forma como a eficiência na gestão pública tem sido abordada na literatura acadêmica nacional. A preocupação com tal tema apresenta relevância crescente, especialmente no contexto da necessidade de otimização da aplicação de recursos e ampliação da qualidade dos serviços prestados à população brasileira, preceitos da Nova Gestão Pública. O objetivo geral foi apresentar como os trabalhos que tratam de eficiência na gestão pública têm discutido o tema, de forma específica na literatura relacionada à área de administração. A abordagem escolhida foi a revisão sistemática de literatura, realizada nas bases de dados SCIELO e SPELL e que permitiu a identificação de 11 trabalhos que atendiam aos critérios pré-estabelecidos. Tais artigos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo temática, o que permitiu demonstrar que a concepção de eficiência e a atenção acadêmica dedicada a esse tema, no cenário nacional, refletem diretamente três pilares: i) a busca pela alocação e redução de custos; ii) o acompanhamento por meio de mensuração de desempenho e; iii) a preocupação com a transparência e o controle social.

Palavras-chave: Eficiência; Gestão Pública; Custos; Recursos; Desempenho.

1 Introdução

Devido às mudanças e transformações existentes no ambiente organizacional, muitas organizações precisam reestruturar seus processos produtivos e reexaminar seus modelos de gestão, sobretudo no setor público. A capacidade gerencial é fundamental para o funcionamento eficaz das organizações públicas, uma vez que esta se refere à habilidade intrínseca de mobilizar, desenvolver, direcionar e controlar recursos humanos, físicos e de informação (Andrews; Entwistle, 2015). Tal aptidão melhora a eficiência dos serviços públicos e permite com que os servidores locais enfrentem, de uma forma eficaz, os desafios estratégicos que aparecem ao longo do seu trabalho, como por exemplo, a coordenação de serviços entre diferentes setores (Andrews; Entwistle, 2015).

No setor público, a eficiência ganhou destaque como um componente crucial para a otimização da aplicação de recursos, permitindo a ampliação da qualidade dos serviços prestados à população. Stastna e Gregor (2011) enfatizam a importância de uma gestão eficiente para a melhoria contínua dos serviços públicos. Adam, Delis e Kammas (2011) vão além, ao sugerirem que a eficiência no setor público contribui significativamente para um melhor desempenho socioeconômico, ressaltando o impacto mais amplo deste elemento para a sociedade. Portanto a aplicação de práticas eficientes não só promove uma melhor utilização dos recursos disponíveis, mas também eleva a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos, contribuindo para o desenvolvimento e para o bem-estar geral da sociedade.

Entretanto, conforme destacado por Mihaiu et al. (2010), a administração pública enfrenta desafios únicos na busca pela eficiência. A menor exposição ao mercado, comparada às empresas privadas, a menor pressão para reduzir custos e melhorar a eficiência operacional são barreiras significativas. Essa discrepância entre os setores público e privado representa uma lacuna importante na aplicação de práticas eficientes no setor público, sugerindo uma necessidade urgente de pesquisa e desenvolvimento nessa área. Portanto, é essencial que as políticas públicas e as reformas administrativas incentivem práticas que promovam a eficiência, alinhando-se aos princípios do setor privado, mas adaptadas às particularidades do setor público.

Diante da importância de atender aos preceitos de eficiência na gestão pública e tendo em vista a melhoria dos processos, este trabalho tem como objetivo apresentar como os estudos que tratam da eficiência na gestão pública têm discutido o tema, de forma específica na literatura nacional relacionada à área de administração.

Este trabalho está subdividido em mais quatro partes além desta introdução. A seguir é apresentado o referencial teórico. Na terceira seção são apresentados os procedimentos metodológicos usados para o estudo e na quarta seção os resultados, seguidos pela quinta seção, que contém a conclusão. Por fim, as limitações do estudo e sugestões para pesquisas futuras, além das referências utilizadas na construção do trabalho.

2 Referencial Teórico

2.1 Nova Gestão Pública (*New Public Management – NPM*)

O modelo de administração pública gerencial surgiu como uma resposta aos avanços tecnológicos, à globalização da economia e ao crescimento do papel do Estado, tanto em sua dimensão econômica quanto social, até então, prevalecia a administração pública tradicional, fortemente influenciada pelo modelo de grande burocracia, caracterizado pela rigidez procedimental, impessoalidade e padronização dos serviços públicos (Lodge; Gill, 2011; Cavalcante, 2017).

Diante desse cenário, surge a Nova Gestão Pública (NGP), também denominada de administração pública gerencial, que trata-se de um modelo pós-burocrático voltado à reestruturação da administração pública (Cavalcante, 2017). Esse movimento ganha maior ênfase a partir da década de 1980, especialmente nos países anglo-saxões, como resposta às

deficiências do modelo burocrático clássico dominante nos governos ocidentais e à crise fiscal dos anos 1970 (Christensen e Lægreid, 2007; Hood e Dixon, 2015).

Com isso, foram propostas reformas e mudanças deliberadas nas estruturas e processos das organizações do setor público, com o objetivo de reconfigurar o papel do Estado e obter melhores desempenhos. A NGP fundamenta-se nos princípios de eficiência, eficácia e competitividade, além de incorporar ferramentas da iniciativa privada, adaptadas à realidade do setor público, visando à otimização dos serviços prestados à sociedade (Cavalcante, 2017).

O conceito de 'Nova Gestão Pública' propõe uma transição da administração pública, afastando-se dos modelos burocráticos tradicionais para adotar uma perspectiva mais orientada ao mercado e aos resultados (Hood, 1991). A NGP dá grande importância à **eficiência, eficácia e agilidade** na entrega de serviços públicos, utilizando a descentralização, a medição de desempenho, a competição e o foco no cidadão como base (Pollitt & Bouckaert, 2017).

A Nova Gestão Pública (NGP) surgiu com o propósito de reduzir custos e aumentar a eficiência e a produtividade na administração pública, promovendo a ideia de “fazer mais com menos”. No entanto, em sua fase inicial, essa abordagem concentrou-se prioritariamente na contenção de gastos, muitas vezes deixando em segundo plano a qualidade dos serviços prestados (Nieto Morales; Wittek; Heyse, 2013). Foi apenas em um segundo momento que a NGP passou a incorporar a preocupação com a qualidade, buscando aliar a eficiência e a redução de despesas à melhoria dos serviços públicos oferecidos à sociedade (Cavalcante, 2017).

Mesmo assim, o modelo da Nova Gestão Pública continua a influenciar as reformas do setor público em diversos países, sendo aplicado e adaptado conforme as particularidades de cada contexto político e cultural (Pollitt & Bouckaert, 2017), incluindo o Brasil, que buscou adaptar os preceitos defendidos em sua própria reforma administrativa. É nesse ponto que entra a relevância do princípio da eficiência, introduzido na Constituição Federal.

2.2 Eficiência e Gestão Pública

A Administração Pública é regida por diferentes princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade (Const., art. 37). Além destes, foi incorporado ao ordenamento jurídico, por meio da Emenda Constitucional nº 19 de 1998, como parte da reforma administrativa que buscava modernizar a gestão pública, melhorar a prestação de

serviços e fortalecer a responsabilidade dos servidores, o princípio da eficiência. Tal processo levou à seguinte formulação do dispositivo constitucional (Leite, 2001):

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Const., art. 37).

A Emenda Constitucional nº 19, de 1998, inseriu o princípio da eficiência no ordenamento jurídico brasileiro, determinando que a gestão pública opere com agilidade, qualidade e economicidade, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados da melhor forma possível para atender às necessidades da população (Camargo; Guimarães, 2013).

A incorporação do princípio da eficiência na legislação brasileira alinha-se a um debate global sobre a modernização da gestão pública, evidenciando seu alcance internacional e sua presença em diversos sistemas jurídicos, como os da Espanha, Argentina, Uruguai e Peru (Flesch, [s. d.]).

Nesse cenário de valorização global, a eficiência no setor público tem ganhado crescente destaque por seus potenciais benefícios (Stastna; Gregor, 2011). Discute-se que ela pode estar associada à otimização das aplicações de recursos, possibilitando a ampliação da qualidade dos serviços prestados à população (Stastna; Gregor, 2011). Além disso, sugere-se que a eficiência no setor público é um fator que contribui para alcançar melhor desempenho socioeconômico (Adam, Delis, & Kammas, 2011).

O princípio da eficiência impõe à administração pública a necessidade de agir com presteza, perfeição e rendimento funcional. Para o jurista, a presteza diz respeito à rapidez na oferta de serviços públicos; a perfeição alude à alta qualidade e excelência na sua execução; e o rendimento funcional envolve a busca pela otimização dos processos internos, visando aprimorar a performance dos servidores e da própria máquina administrativa (Meirelles,2020).

De forma simplificada, o princípio da eficiência impõe que as ações e serviços estatais sejam executados da melhor maneira, assegurando resultados eficazes e benefícios concretos para a população.

2.3 Conceito de Eficiência na Gestão Pública

A partir dos trabalhos de Peña (2008); Rodrigues (2017); Stastna e Gregor (2011) e Adam, Delis e Kammas (2011), pode-se concluir que a eficiência é um conceito fundamental, tanto no setor privado quanto no setor público, com implicações significativas para a gestão e para o desempenho das organizações. Estes autores compartilham da visão comum de que a eficiência envolve a combinação ótima de recursos para maximizar a produção, minimizando os recursos aplicados. Nesse contexto, a eficiência está relacionada aos meios para alcançar os objetivos e não apenas aos objetivos propriamente ditos.

Dessa forma, a eficiência refere-se essencialmente ao processo, ou seja, à maneira como os recursos são coordenados e empregados para atingir um determinado objetivo da forma mais otimizada possível. Mais do que apenas alcançar uma meta, trata-se de fazê-lo com o melhor aproveitamento dos meios disponíveis, minimizando desperdícios e maximizando resultados. Em outras palavras, o conceito de eficiência está intrinsecamente ligado ao 'como' se conduz a operação e gestão dos recursos para a concretização dos objetivos (Aibar Guzmán, 2003). Esse entendimento geral ganha contornos específicos e de suma importância quando aplicado ao setor público, onde a gestão dos recursos e a concretização dos objetivos impactam diretamente a sociedade.

Para Simon (1994) argumenta que a eficiência no setor público não deve ser analisada de forma isolada, focando apenas nos resultados, é necessário avaliar o uso dos recursos, os processos adotados e a forma como as políticas públicas foram implementadas, essa análise integrada é crucial para garantir o melhor resultado possível.

Com base nessa perspectiva, o modelo de administração gerencial, alinhado ao princípio da eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal, impõe que a administração pública adote os melhores recursos, processos e métodos na implementação de suas políticas, sempre com o objetivo de alcançar os melhores resultados para a sociedade (Meirelles,2020).

Enquanto a eficiência está ligada ao melhor uso dos recursos e processos, a eficácia diz respeito ao alcance dos objetivos estabelecidos. Ou seja, uma ação pode ser eficaz se atingir sua meta, mesmo que não tenha sido realizada da maneira mais otimizada ou com o melhor aproveitamento dos recursos. A eficácia é, portanto, a relação entre os resultados obtidos e os objetivos propostos, permitindo avaliar em que medida uma determinada ação cumpriu sua finalidade (Aibar Guzmán, 2003).

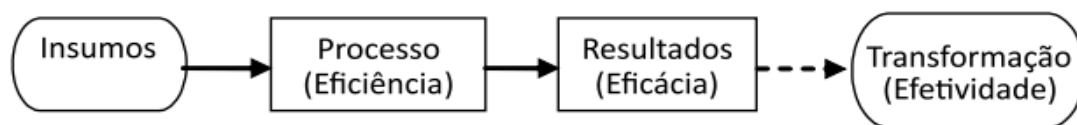
No contexto da administração pública, isso significa que um programa governamental pode ser considerado eficaz se atingir os resultados esperados, ainda que seu processo de execução não tenha sido o mais eficiente.

Já a efetividade tem como objetivo avaliar se um projeto ou política pública implementada atingiu a finalidade esperada e qual foi seu impacto na sociedade. Ela é percebida por meio da análise das transformações geradas a partir da ação. Nesse sentido, a efetividade está diretamente ligada ao impacto social, buscando identificar os efeitos concretos sobre a população-alvo de um programa social (Sano; Montenegro Filho, 2013).

Além disso, quando adotada como critério de avaliação, a efetividade favorece o fortalecimento do controle social, pois possibilita que a sociedade acompanhe o desempenho das instituições públicas. No entanto, para que o cidadão possa exercer esse papel de forma ativa, é essencial que essas informações sejam disponibilizadas de forma compreensível e acessível. Do contrário, sua participação na melhoria da qualidade dos serviços públicos acaba sendo restringida (Sano; Montenegro Filho, 2013).

Para entender melhor os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, dois desses que já foram abordados anteriormente, a Figura 1 mostra uma representação visual que organiza os mesmos: (Sano; Montenegro Filho, 2013).

Figura 1 - Fluxograma de avaliação.



Fonte: Sano; Montenegro Filho (2013).

Dessa forma, a administração pública eficiente deve combinar a melhor execução dos processos (eficiência) com o cumprimento efetivo de metas e objetivos (eficácia), assegurando que os recursos sejam empregados da forma mais otimizada para gerar impactos positivos para a sociedade (Aibar Guzmán, 2003).

A seguir, apresenta-se um quadro com a síntese dos principais tópicos discutidos no referencial teórico, visando facilitar a visualização das ideias-chave abordadas ao longo desta seção.

Tabela 1- Principais tópicos do referencial teórico.

REFERENCIAL TEÓRICO			
Tópico	Definição/Conceito	Foco/Objetivo Principal	Autores
Nova Gestão Pública (NGP)	Modelo de gestão inspirado na iniciativa privada, focado em resultados e desempenho.	Redução de custos, aumento da produtividade e foco no cidadão.	Hood (1991); Cavalcante (2017); Pollitt & Bouckaert (2017)
Princípio da Eficiência	Princípio constitucional que obriga a administração pública a atuar com qualidade, rapidez e economia.	Melhor uso dos recursos públicos com qualidade nos serviços.	Leite (2001); Meirelles (2020); Camargo & Guimarães (2013)
Conceito de Eficiência na Gestão Pública	Uso otimizado de recursos para alcançar melhores resultados com menos desperdício.	Garantir processos produtivos e gestão eficiente dos recursos.	Aibar Guzmán (2003); Peña (2008); Stastna & Gregor (2011); Adam et al. (2011); Simon (1994)
Eficiência	Uso racional dos recursos e processos	Fazer mais com menos, otimizando meios e custos	Simon (1994); Aibar Guzmán (2003)
Eficácia	Capacidade de alcançar os resultados esperados.	Cumprir metas e atingir os objetivos estabelecidos	Sano;Montenegro Filho(2013)
Efetividade	Grau de impacto real das ações na sociedade.	Produzir mudanças concretas e benefícios à população.	Sano;Montenegro Filho(2013);

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A tabela apresentada sintetiza os principais conceitos discutidos anteriormente, permitindo uma visão mais clara e objetiva dos elementos centrais que fundamentam o referencial teórico deste estudo.

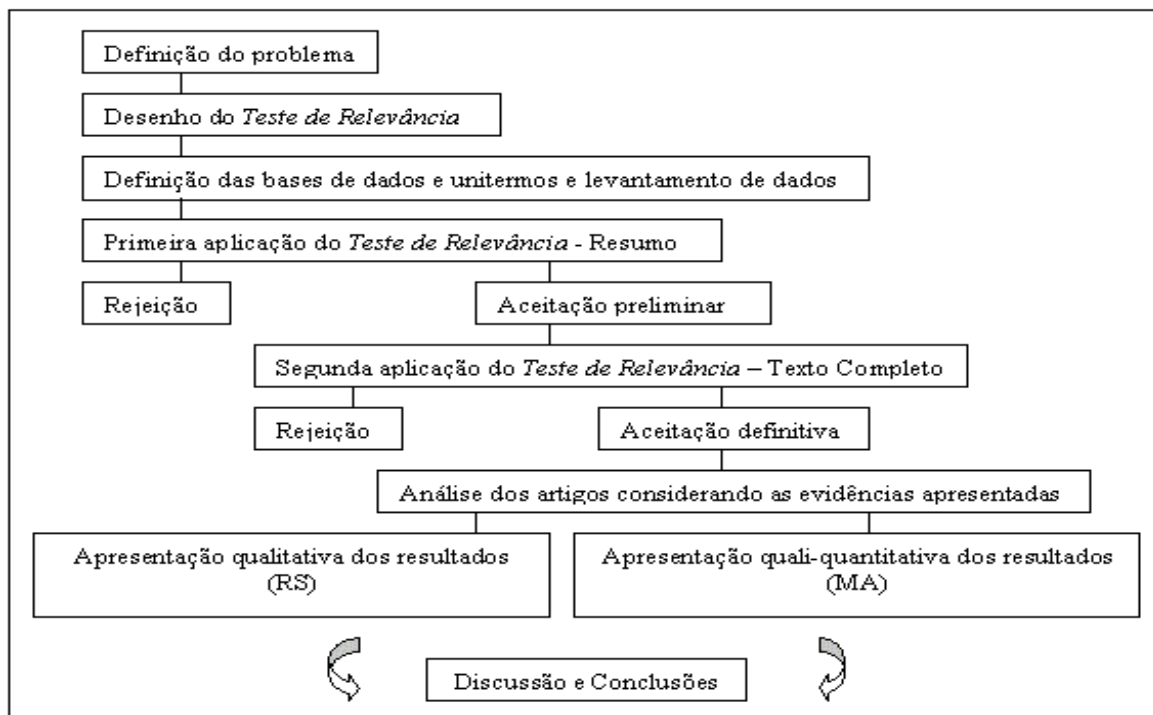
3 Metodologia

Para responder à pergunta de pesquisa proposta para este trabalho, escolheu-se a revisão sistemática da literatura como percurso metodológico. Esse método permite analisar um grande conjunto de dados simultaneamente, possibilitando tirar conclusões mais fortes e confiáveis do que se analisássemos cada estudo separadamente, assim a revisão sistemática torna-se uma ferramenta valiosa para entender o que o meio acadêmico sabe sobre um determinado assunto, ou seja, ela permite uma análise abrangente e comparativa, proporcionando uma visão mais clara sobre o tema pesquisado (Muñoz, Takayanagui, Santos, & Sanchez-Sweatman ,2002)

Segundo Muñoz, Takayanagui, Santos, & Sanchez-Sweatman (2002), a revisão sistemática é uma forma de investigação científica que visa reunir, avaliar criticamente e sintetizar os resultados de múltiplos estudos primários. Esses autores afirmam que a revisão sistemática é utilizada para responder a perguntas claramente formuladas, utilizando métodos sistemáticos e explícitos para identificar, selecionar e avaliar pesquisas relevantes. Os "sujeitos" dessa investigação são os estudos primários, selecionados através de um método sistemático e pré-definido, e esses estudos podem variar conforme a pergunta de pesquisa. A formulação adequada de uma pergunta é fundamental para uma boa revisão sistemática, pois define as estratégias para identificar os estudos e os dados a serem coletados na composição da amostra (Cordeiro *et al.*, 2007).

Para poder responder o problema de pesquisa deste trabalho, foi utilizado o fluxograma de revisão sistemática e metanálise proposto por Olsen (1995) e adaptado por por Muñoz, Takayanagui, Santos, & Sanchez-Sweatman (2002) foi escolhido, conforme pode ser observado na figura 2:

Figura 2 - Diagrama de fluxo para a condução de uma RS e MA.



Fonte: Adaptado de Olsen (1995).

A seguir, será detalhado cada uma dessas etapas aplicadas ao presente trabalho.

Primeiramente a coleta de dados foi realizada na base de dados *SCIELO* e *SPELL*, no dia 18 de outubro de 2024. Para a mesma foram definidos os termos de busca nos seus resumos: “**eficiência and público ou pública**”. Assim, essa expressão busca identificar artigos cujo resumos contenham termos relacionados à eficiência e, simultaneamente, ao termo público ou pública, permitindo focar em estudos que discutam a eficiência no contexto do setor público.

Com o objetivo de refinar os resultados, foram aplicados os seguintes testes de relevância:

Tabela- 2 Apresentação dos testes na plataforma *Scielo* e *Spell*.

<i>Scielo</i>	<i>Spell</i>
1 - Somente documentos do tipo artigo e artigo de Revisão.	1 - Somente documentos do tipo artigo e artigo de Revisão.
2- Apenas trabalhos elencados nas áreas temáticas: ciências sociais aplicadas.	2- Apenas trabalhos elencados nas áreas temáticas: administração.
3- Cada artigo foi avaliado com base no título, no resumo e se entra no contexto brasileiro, para determinar sua aderência ao tema do trabalho.	3- Cada artigo foi avaliado com base no título, no resumo e se entra no contexto brasileiro, para determinar sua aderência ao tema do trabalho.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

O primeiro teste das duas plataformas estabeleceu apenas artigos científicos e artigos de revisão, retirando-se outros tipos de documentos. Para o segundo teste foram considerados apenas artigos que enquadram nos campos das ciências sociais aplicadas (plataforma *Scielo*) e pela área temática administração (plataforma *Spell*), trabalhos de outras áreas do conhecimento não foram incluídos. Em seguida, cada artigo foi avaliado com base no título e no resumo para determinar sua aderência ao tema do trabalho, excluindo-se os não pertencentes a este escopo, duplicados e que não se enquadram em leituras nacionais, conforme Tabela 3:

Tabela 3: Aplicação do fluxograma de Muñoz, Takayanagui, Santos, & Sanchez-Sweatman (2002).

	<i>Scielo</i>	<i>Spell</i>	Total
Busca com os descritores “eficiência and público ou pública”	130	65	195
Aplicação do teste de relevância 1 e 2	65	14	79
Aplicação do teste de relevância 3	8	3	11

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A aplicação dos três testes resultou na seleção final de 11 trabalhos para a amostra. Especificamente, na plataforma da *Scielo* resultou em 130 trabalhos, aplicando os dois primeiros testes, ficaram 65 artigos, na plataforma da *Spell* resultou em 14 publicações, nesta pesquisa foram aplicados diretamente os dois testes diretamente com as palavras chaves do tema, sobrando 79 publicações ao total da amostra.

Aplicando o terceiro teste, dos 79 artigos somados das duas plataformas, 68 artigos foram descartados, por não estarem diretamente alinhados com o objetivo da pesquisa, duplicados e que não se enquadram em leituras nacionais, resultando em 11 artigos que compuseram a amostra final.

Após a aplicação dos testes de relevância, os artigos selecionados foram submetidos a uma abordagem descritiva. Segundo o autor Gil (1999), a finalidade principal dessa abordagem é a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis, o que é essencial para mapear e detalhar como a eficiência é abordada na literatura de administração pública, oferecendo uma visão clara e compreensiva do estado atual do conhecimento na área.

Para aplicar essa abordagem descritiva, foi aplicada a técnica “análise temática”, uma técnica analítica flexível e amplamente utilizadas, especialmente em pesquisas qualitativas, sua versatilidade vem da capacidade de identificar padrões de significado em um conjunto de dados empíricos, sem a necessidade de uma base teórica excessivamente densa (Dias; Mishima, 2023).

O processo dessa abordagem busca identificar padrões de significado e temas recorrentes nos dados, incluindo metodologias utilizadas, resultados obtidos, discussões e lacunas na literatura e implicações práticas de eficiência na gestão pública, conforme foi dito por Dias e Mishima (2023), possibilitando uma compreensão sistemática dos conteúdos nos 11 trabalhos selecionados.

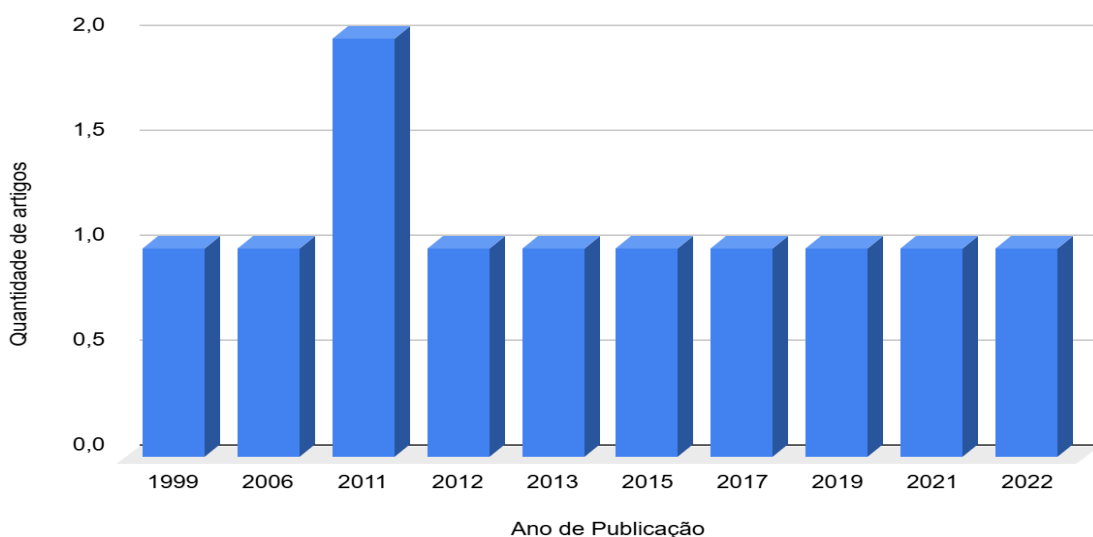
4 Resultados

4.1 Apresentação dos dados

Foram encontrados, respectivamente, na plataforma *Scielo* e *Spell*, 8 e 3 artigos alinhados com o problema de pesquisa proposto, o que totalizam 11 artigos na amostra final.

Os 11 artigos que compõem a amostra deste estudo foram publicados entre os anos de 1999 e 2022. Observa-se que os estudos estão distribuídos nos anos de 1999, 2006, 2011, 2012, 2013, 2015, 2017, 2019, 2021 e 2022, sendo que apenas o ano de 2011 apresentou duas publicações. Nos demais anos mencionados, foi identificado um artigo por ano. Ressalta-se ainda que, nos anos de 2014, 2016, 2018 e 2020, não foram encontrados artigos que atendessem aos critérios da amostra. Essa distribuição pode ser visualizada no Gráfico I e está detalhada na Tabela do Apêndice I.

Gráfico 1- Reincidência de Artigos em cada ano.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A análise dos 11 trabalhos permite identificar uma variedade de abordagens metodológicas nas publicações. Enquanto alguns estudos se concentram na revisão bibliográfica com uma abordagem predominantemente teórica e conceitual (Grateron, 1999; Camelo; Gasparello; Favero, 2006; Vaz; Lotta, 2011; Tridapalli; Fernandes; Machado, 2011), outros empregam pesquisas descritivas e revisão de literatura com foco qualitativo (Lamoglia; Ohayon; Marques, 2021), estudos exploratórios com abordagem qualitativa (Silva; Crozatti, 2013) e análise sistêmico-complexa (Inamine; Erdmann; Marchi, 2012). No âmbito quantitativo, encontram-se estudos que utilizam análise envoltória de dados (DEA) e regressão quantílica ou linear (Costa et al., 2015; Silva; Crisóstomo, 2019), e análise de dados em painel (Ribeiro; Feitosa, 2022). Além disso, a metodologia mista, que combina revisão bibliográfica com análise de dados quantitativos para identificar determinantes, também é utilizada (Campos; Costa, 2017).

É importante ressaltar que, embora a revisão bibliográfica configure uma abordagem metodológica frequente nos estudos analisados, muitos artigos transcendem a mera revisão teórica, integrando-a a outras formas de investigação, como pode ser percebido no parágrafo anterior, essas combinações de metodologias permite uma análise mais robusta e multifacetada dos fenômenos estudados.

Alguns trabalhos, além de fundamentar teoricamente suas discussões através da revisão de literatura, incorporam a observação empírica (Vaz; Lotta, 2011), a análise documental (Silva; Crozatti, 2013), ou a aplicação de instrumentos de diagnóstico (Inamine; Erdmann; Marchi, 2012), buscando confrontar o conhecimento teórico com evidências práticas. Tridapalli, Fernandes e Machado (2011) também integram a revisão bibliográfica (qualitativa) com observação empírica ou pesquisa documental e entrevistas (qualitativas).

Outro ponto a ser considerado, é que nas abordagens quantitativas das pesquisas, observa-se a aplicação de métodos estatísticos para analisar a eficiência e os determinantes de fenômenos na gestão pública. Métodos como a regressão quantílica são empregados por Costa et al. (2015) para examinar os fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos. Adicionalmente, a análise de dados em painel, como a estratégia de diferenças em diferenças aplicada por Ribeiro e Feitosa (2022), permite investigar o impacto de políticas públicas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, sobre as despesas públicas municipais.

Destaca-se a Análise Envoltória de Dados (DEA), uma técnica utilizada em dois estudos. Silva e Crisóstomo (2019) combinam com regressão linear para avaliar a relação entre gestão fiscal, eficiência e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses,

Costa et al. (2015) também utilizam a DEA como base para a construção de um índice de eficiência municipal.

É importante ressaltar que a metodologia mista, que integra especificamente elementos qualitativos e quantitativos, é empregada em alguns estudos. Por exemplo, Campos e Costa (2017) combinam análise estatística (quantitativa) com revisão de literatura (qualitativa) para investigar os determinantes do cumprimento de prazo e preço em obras. Nesses casos, a metodologia mista se manifesta na combinação de diferentes formas de análise qualitativa.

As metodologias das publicações envolvem, no geral, análises de dados, sejam qualitativos ou quantitativos, com o objetivo de avaliar práticas, identificar fatores e propor melhorias na gestão pública.

4.2 Discussão dos artigos da amostra

Para melhor análise dos artigos da amostra, os mesmos tiveram seus resultados submetidos à uma análise temática, abordagem que permitiu identificar a recorrência de temas principais em cada estudo, possibilitando a criação de grupos. A formação desses agrupamentos configurou-se como uma estratégia eficaz para classificar estudos relacionados à eficiência no setor público, evidenciando a prevalência de cada tema.

A alocação de cada artigo considerou, em primeiro lugar, suas temáticas centrais e a forma como cada uma aborda a questão da eficiência no setor público. A eficiência é um conceito abrangente que se relaciona com a capacidade de maximizar resultados e otimização (Peña, 2008; Rodrigues, 2017; Stastna e Gregor, 2011; Adam;Delis; Kammass,2011), e cada grupo reflete diferentes aspectos e abordagens para alcançá-la.

Artigos que discutem a gestão de custos e a alocação de recursos no setor público foram alocados ao grupo 1 "Gestão de Custos e Recursos". Em segundo lugar, o critério usado para o grupo 2 "Gestão e Avaliação de Desempenho", foi de artigos que abordam a avaliação da eficiência na gestão pública por meio de indicadores e auditorias, já o grupo 3 "Transparência e Controle Social", engloba artigos que tratam da transparência e do controle social como fatores que influenciam a eficiência no setor público.

A distribuição dos trabalhos segundo seu tema pode ser observada na Tabela 4:

Tabela- 4 Classificação dos grupos.

GRUPOS	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (Porcentagem)
Gestão de Custos e Recursos	6	54,55%
Gestão e Avaliação de Desempenho	3	27,27%
Transparência e Controle Social	2	18,18%
Total	11	100%

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Observa-se que a Gestão de Custos é um tema recorrente nas publicações que tange sobre eficiência no setor público, refletindo uma preocupação constante com a eficiência na gestão do controle de gastos e recursos.

Inicialmente, ao analisar individualmente cada artigo do grupo 1, que concentrou 54,55% das publicações, os temas variam desde a influência de limites fiscais na gestão municipal (Ribeiro; Feitosa, 2022), passando pela eficiência da gestão pública e seu impacto no desenvolvimento socioeconômico (Silva; Crisóstomo, 2019), até os determinantes do cumprimento de prazos e preços em obras públicas (Campos; Costa, 2017), a eficiência na alocação de recursos (Costa *et al.*, 2015), a gestão da cadeia de suprimentos (Tridapalli; Fernandes; Machado, 2011) e a logística integrada às políticas públicas (Vaz ; Lotta, 2011).

Embora cada um tenha seu foco específico, todos eles contribuem para um entendimento mais amplo de como a gestão de custos e recursos pode ser otimizada no setor público, ou seja, eles convergem para o objetivo comum de melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência na gestão dos recursos públicos.

Há nos trabalhos deste grupo uma tendência em direção à otimização da alocação de recursos e à eficiência da gestão. Alguns estudos destacam a importância do controle de gastos e da diminuição de custos, como discutido por Tridapalli, Fernandes e Machado (2011) ao analisar a gestão da cadeia de suprimentos e por Ribeiro e Feitosa (2022) ao abordar os limites fiscais.

O restante das publicações foca na alocação eficiente de recursos para maximizar o impacto das políticas públicas e promover o desenvolvimento socioeconômico. Isso pode ser constatado nos trabalhos de Costa *et al.* (2015) sobre a eficiência na alocação de recursos, Silva e Crisostomo (2019) sobre gestão fiscal e desenvolvimento, Campos e Costa (2017) em relação a obras públicas, e Vaz e Lotta (2011) com a logística integrada.

Em suma, há um reconhecimento crescente de que a gestão eficiente dos recursos públicos envolve tanto a busca pela economia quanto a garantia de que os recursos sejam utilizados de forma estratégica para gerar valor para a sociedade. Ao mesmo tempo, as publicações do grupo 1 apresentam uma tendência no uso de abordagens quantitativas e modelos de gestão para analisar e aprimorar a gestão de custos e recursos no setor público.

A qualidade também é uma preocupação presente nos artigos, embora a redução dos custos e a eficiência sejam temas centrais. Há uma compreensão de que a gestão de recursos públicos deve buscar um equilíbrio entre a otimização dos gastos e a entrega de serviços de alta qualidade que atendam às necessidades da sociedade (Costa et al., 2015; Silva; Crisostomo, 2019; Campos, Costa 2017; Vaz, Lotta 2011). A transparência e a adoção de boas práticas gerenciais são consideradas essenciais para otimizar os resultados (Silva; Crisóstomo, 2019), embora não seja o foco principal a ser apresentado nessas publicações. Além disso, a tecnologia é reconhecida como uma ferramenta para modernizar a gestão pública, controlar gastos e aumentar a eficiência (Tridapalli; Fernandes; Machado, 2011; Vaz, Lotta, 2011).

Alguns estudos se concentram em aspectos macroeconômicos da gestão fiscal, como a influência da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) no tamanho do governo e na produtividade dos gastos públicos (Ribeiro; Feitosa, 2022; Silva; Crisostomo, 2019); enquanto outros analisam questões microeconômicas, como os determinantes do cumprimento de prazos e preços em obras públicas (Campos; Costa, 2017), a eficiência na alocação de recursos em nível municipal (Costa et al., 2015), a gestão da cadeia de suprimentos (Tridapalli; Fernandes; Machado, 2011) ou a logística integrada às políticas públicas (Vaz; Lotta, 2011).

Já os artigos do grupo “Gestão de Custos e Recursos” apontam a necessidade de mais estudos sobre a relação entre gestão fiscal e desenvolvimento socioeconômico (Silva; Crisostomo, 2019; Ribeiro; Feitosa, 2022); sobre os fatores que influenciam prazos e custos em obras públicas e preocupações com a aplicação da cadeia de suprimentos no setor público (Tridapalli; Fernandes; Machado, 2011). Além disso, destaca-se a carência de pesquisas sobre o uso do comércio eletrônico e da logística integrada nas políticas públicas, visando aprimorar a eficiência da administração pública (Tridapalli, Fernandes; Machado, 2011; Vaz; Lotta, 2011).

Tais artigos se dedicam a estudos que exploram como o desempenho da gestão pública pode ser avaliado e aprimorado. Esse grupo apresentou 27,27% das publicações e todos os artigos convergem para uma preocupação com a avaliação e aprimoramento da

eficiência na gestão pública. De forma geral, apontam a necessidade de otimizar o uso de recursos públicos que são limitados e a crescente demanda da sociedade por transparência e *accountability* na administração pública.

Os trabalhos do grupo 2 enfatizam o papel fundamental dos indicadores de gestão e da auditoria para avaliar a eficiência, a eficácia e a economicidade na gestão pública. A auditoria de gestão é apresentada como uma ferramenta de análise da administração pública, que auxilia na verificação da adequação da gestão às estratégias e na identificação de oportunidades de melhoria (Grateron, 1999). Os indicadores de gestão são destacados como instrumentos para medir o desempenho da gestão pública, fornecendo informações sobre o uso dos recursos e os resultados alcançados (Grateron, 1999 e Silva ; Crozatti, 2013 e Lamoglia; Ohayon; Marques, 2021).

Os artigos de Lamoglia, Ohayon e Marques (2021) e Silva e Crozatti (2013) dão ênfase à Demonstração do Resultado Econômico como ferramenta para evidenciar a eficiência na gestão dos gastos públicos e avaliar o retorno dos investimentos. O primeiro artigo examina a literatura sobre a aplicação da DRE em diversos setores da Administração Pública, enquanto o segundo avalia a aplicabilidade da DRE na Prefeitura de São Paulo, sob a ótica dos auditores internos.

Há destaque para os desafios e obstáculos na gestão pública. Lamoglia, Ohayon e Marques (2020) apontam a dificuldade na gestão de custos e a pouca adoção de práticas gerenciais como óbices à aplicação da DRE. Silva e Crozatti (2013) destacam a necessidade de capacitação, estruturas técnicas e sensibilização dos servidores para a implementação da DRE. Grateron (1999) enfatiza o problema da corrupção e a falta de controle adequado como desafios à gestão pública.

De forma geral, há um consenso entre os artigos sobre a necessidade de modernizar a gestão pública, incorporando novos modelos e instrumentos gerenciais para atender às demandas da sociedade de forma mais eficaz.

O Grupo 3, 'Transparência e Controle Social', abrange 18,18% das publicações analisadas e reúne estudos que, embora distintos em suas abordagens, convergem para a importância da informação e da tecnologia na promoção da transparência e no fortalecimento do controle sobre a gestão pública (Inamine; Erdmann; Marchi, 2011; Camelo; Gasparello; Favero, 2006). Ambos artigos ressaltam que a sociedade demanda maior visibilidade e *accountability* sobre o uso dos recursos públicos e que sistemas de informação são essenciais para atender a essa demanda e aprimorar a administração pública (Inamine, Erdmann & Marchi, 2011; Camelo, Gasparello & Favero, 2006).

Os estudos de Inamine, Erdmann e Marchi (2011) e Camelo, Gasparello e Favero (2006) abordam instrumentos e sistemas de informação distintos, mas com o objetivo comum de fortalecer a gestão e o controle. O trabalho de Inamine, Erdmann e Marchi (2011) concentra-se na análise do sistema eletrônico de compras do governo federal, explorando como ele contribui para a eficiência, transparência, *accountability* e interesse público sob a perspectiva da criação de valor público. Por outro lado, Camelo, Gasparello e Favero (2006) são voltados para a importância do sistema de informação contábil para o controle dos bens permanentes no setor público, destacando a necessidade de procedimentos e ferramentas que garantam a correta gestão e fiscalização patrimonial. Ambos os trabalhos, portanto, falam sobre a importância do papel da tecnologia e dos sistemas de informação como pilares para uma gestão pública mais controlada e transparente (Inamine, Erdmann e Marchi, 2011; Camelo, Gasparello e Favero, 2006).

Inamine, Erdmann e Marchi (2011) criaram uma ferramenta para avaliar o sistema de compras do governo, mostrando que a eficiência é um ponto forte, mas que ainda dá para melhorar outras áreas importantes. Já Camelo, Gasparello e Favero (2006) destacam como é vital fazer o controle correto do patrimônio público (como imóveis e equipamentos) através de inventários e organização dos sistemas contábeis para que tudo seja transparente.

Essa comparação mostra que, controlar as compras ou os bens do governo, organizar bem os processos e usar a tecnologia são passos essenciais para que o cidadão possa fiscalizar e a gestão pública funcione melhor (Inamine, Erdmann e Marchi, 2011; Camelo, Gasparello e Favero, 2006). A tecnologia, nesses dois casos, é uma ajuda indispensável para modernizar e prestar contas no setor público (Inamine, Erdmann e Marchi, 2011; Camelo, Gasparello e Favero, 2006).

5 Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi, a partir da literatura nacional, apontar o que poderia ser evidenciado pela análise de estudos que buscam tratar da eficiência na gestão pública. Para isso, foram analisados 11 artigos sobre o tema, publicados entre 1999 e 2022 e selecionados por meio de procedimentos sistemáticos nas bases de dados *Scielo* e *Spell*.

Os artigos analisados foram categorizados em três grupos temáticos, conforme a abordagem da eficiência na gestão pública, sendo eles: "Gestão de Custos e Recursos" (6 artigos – 54,55%), "Gestão e Avaliação de Desempenho" (3 artigos – 27,27%) e "Transparência e Controle Social" (2 artigos – 18,18%). O grupo "Gestão de Custos e

Recursos" foi o que concentrou o maior número de estudos. Em cada um desses grupos, foram identificados os temas centrais abordados, a forma como a eficiência é discutida, e os resultados comuns encontrados nos artigos.

O primeiro grupo, predominante, demonstra uma preocupação contínua com a otimização da alocação e a redução de custos para alcançar maior eficiência, eficácia e transparência, muitas vezes por meio de abordagens quantitativas, os demais grupos enfatizam, respectivamente, o papel de indicadores e auditorias para mensurar a eficiência e a importância da tecnologia e dos sistemas de informação para promover a transparência e a *accountability*. Nesse sentido, a concepção de eficiência e a atenção acadêmica dedicada a esse tema, no cenário nacional, refletem diretamente esses três pilares: a alocação e redução de custos, o acompanhamento por meio de mensuração de desempenho e a preocupação com a transparência e o controle social.

A literatura nacional sobre eficiência na gestão pública revela uma tendência em otimizar o uso dos recursos e aprimorar a prestação de serviços por meio da gestão de custos, avaliação de desempenho e fomento à transparência. Observa-se que, embora a eficiência seja amplamente discutida, ainda persistem desafios na sua implementação e mensuração.

6 Limitações do estudo e sugestões para pesquisas futuras

Uma das principais limitações deste estudo foi a opção por utilizar apenas duas bases de dados nacionais, essa escolha pode ter restringido o número de publicações disponíveis para consulta, comprometendo a diversidade da amostra e limitando a possibilidade de realizar comparações mais amplas entre diferentes períodos, abordagens metodológicas e contextos institucionais. A inclusão de outras bases poderia ter proporcionado uma amostra mais robusta, permitindo uma análise mais aprofundada da evolução do debate ao longo do tempo e entre diferentes recortes temáticos.

Além disso, outra limitação importante foi o foco exclusivo no conceito de eficiência, sem a devida ampliação para os conceitos de eficácia e efetividade, que são interligados e fundamentais para uma compreensão mais completa da avaliação dos serviços públicos. A consideração conjunta desses três elementos teria possibilitado uma análise mais abrangente e aprofundada sobre o desempenho da gestão pública, tanto em relação ao uso dos recursos quanto ao alcance dos objetivos e ao impacto real das políticas públicas na sociedade.

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos empíricos que aprofundem a análise da aplicabilidade e do impacto das práticas de eficiência em diferentes contextos da

administração pública brasileira. Além disso, recomenda-se a ampliação das fontes de busca, com destaque para a inclusão de anais de congressos acadêmicos de relevância na área de Administração, que podem oferecer trabalhos mais recentes e abordagens diferenciadas sobre a temática da eficiência na gestão pública.

Referências

ADAM, Antonis; DELIS, Manthos; KAMMAS, Pantelis. Public sector efficiency: leveling the playing field between OECD countries. **Public Choice**, v. 146, p. 163-183, 2011.

AIBAR GUZMÁN, Cristina. El logro del value for money en la gestión pública: consideraciones en torno a los indicadores de eficiencia, eficacia y economía. **Revista Contabilidade & Finanças**, [s. l.], v. 14, n. 32, p. 99–110, 2003.

ANDREWS, Rhys; ENTWISTLE, Tom. Public–private partnerships, management capacity and public service efficiency. **Policy & Politics**, v. 43, n. 2, p. 273-290, 2015.

Bouckaert, G., C. Pollitt . *Comparative Analysis of Public Management Reform: New Public Management, Governance, and the Neo-Weberian State*. Oxford University Press.

CAMARGO, Francielle de O.; GUIMARÃES, Klicia MS. O princípio da eficiência na gestão pública. **Rev. CEPPG**, n. 28, p. 133-145, 2013.

CAMELO, Augusto César Oliveira; GASPARELLO, Edevaldo Roberto; FAVERO, Hamilton Luiz. Sistema de informação contábil e a sua importância para o controle dos bens permanentes do setor público. **Enfoque: Reflexão Contábil**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 62–76, 2006.

CAMPOS, Clarissa Vassem; COSTA, Fábio Moraes Da. Determinantes para o cumprimento de prazo e preço em obras da educação: uma análise nos municípios capixabas. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 51, n. 5, p. 879–896, 2017.

CAVALCANTE, Pedro. **Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM**. Texto para Discussão n. 2319. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2017. <https://www.econstor.eu/handle/10419/177535>.

CHRISTENSEN, Tom; LAEGREID, Per. The whole of government approach to public sector reform. **Public administration review**, v. 67, n. 6, p. 1059-1066, 2007.

COSTA, Caio César De Medeiros *et al.* Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 49, n. 5, p. 1319–1347, 2015.

CORDEIRO, Alexander Magno et al. Systematic review: a narrative review. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, p. 428-431, 2007.

DIAS, Ernandes Gonçalves; MISHIMA, Silvana Martins. Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação. **Revista Sustinere**, [s. l.], v. 11, n. 1, 2023.

FLESCHE, Carla Machado. A submissão da Administração Pública ao princípio da eficiência visando à satisfatória consecução de seus fins. [s. l.], n. 45.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRATERON, Ivan Ricardo Guevara. Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público. **Caderno de Estudos**, [s. l.], n. 21, p. 01–18, 1999.

HOOD, Christopher. A PUBLIC MANAGEMENT FOR ALL SEASONS?. **Public Administration**, [s. l.], v. 69, n. 1, p. 3–19, 1991.

HOOD, Christopher; DIXON, Ruth. **A government that worked better and cost less?: Evaluating three decades of reform and change in the UK central Government**. Oxford, 2015.

INAMINE, Ronaldo; ERDMANN, Rolf Hermann; MARCHI, Jamur Johnas. Análise do sistema eletrônico de compras do governo federal brasileiro sob a perspectiva da criação de valor público. **Revista de Administração**, [s. l.], p. 129–139, 2012.

LAMOGLIA, Fabiano Rosa; OHAYON, Pierre; MARQUES, José Augusto Veiga Da Costa. A Demonstração do Resultado Econômico como Indicador de Eficiência na Gestão do Gasto Público. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 160–177, 2021.

LEITE, Rosimeire Ventura. O princípio da eficiência na Administração Pública. **Revista de Direito Administrativo**, [s. l.], v. 226, p. 251–264, 2001.

LODGE, Martin; GILL, Derek. Toward a New Era of Administrative Reform? The Myth of Post-NPM in New Zealand. **Governance**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 141–166, 2011.
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-0491.2010.01508.x>

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 44. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2020.

MIHAIU, Diana Marieta; OPREANA, Alin; CRISTESCU, Marian Pompiliu. Efficiency, effectiveness and performance of the public sector. **Romanian journal of economic forecasting**, v. 4, n. 1, p. 132-147, 2010.

NIETO MORALES, F.; WITTEK, R.; HEYSE, L. After the Reform: Change in Dutch Public and Private Organizations. **Journal of Public Administration Research and Theory**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 735–754, 2013.

PEÑA, Carlos Rosano. Um modelo de avaliação da eficiência da administração pública através do método análise envoltória de dados (DEA). **Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, p. 83-106, 2008.

RODRIGUES, Miguel Ângelo Vilela. Democracia vs. eficiência: como alcançar equilíbrio em tempo de crise financeira. **Revista de Administração Pública**, v. 51, p. 88-104, 2017.

RIBEIRO, Lilian Lopes; FEITOSA, Debora Gaspar. Fiscal limits and local public expenditure in Brazil. **Interações (Campo Grande)**, [s. l.], p. 1069–1085, 2022.

SANO, Hironobu; MONTENEGRO FILHO, Mário Jorge França. As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. **Desenvolvimento em Questão**, [s. l.], v. 11, n. 22, p. 35, 2013.

SEGURA MUÑOZ, S. I., TAKAYANAGUI, A. M. M., SANTOS, C. B., & SANCHEZ SWEATMAN, O. **Revisão sistemática de literatura e metanálise: noções básicas sobre seu desenho, interpretação e aplicação na área da saúde.** *Anais Eletrônicos*. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, Carlos Antonio Gonçalves; CROZATTI, Jaime. A demonstração do resultado econômico na gestão de políticas públicas: avaliação da aplicabilidade pelos auditores da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de São Paulo. **Revista de Contabilidade & Controladoria**, v. 5, n. 2, p. 8, 2013.

SILVA, Clayton Robson Moreira Da; CRISÓSTOMO, Vicente Lima. Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 53, n. 4, p. 791–801, 2019.

SIMON, H. (1994): The Criterion of Efficiency, em *Gestão do Setor Público*. Teoria, crítica e prática, McKeivitt, D. e Lawton, A. (eds.), Publicação Sage, Londres, pp. 37-53.

STASTNA, Lenka; GREGOR, Martin. Local government efficiency: evidence from the Czech municipalities. 2011.

TRIDAPALLI, Juarez Paulo; FERNANDES, Elton; MACHADO, Waltair Vieira. Gestão da cadeia de suprimento do setor público: uma alternativa para controle de gastos correntes no Brasil. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 45, n. 2, p. 401–433, 2011.

VAZ, José Carlos; LOTTA, Gabriela Spanghero. A contribuição da logística integrada às decisões de gestão das políticas públicas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 45, n. 1, p. 107–139, 2011.

Apêndice I

Ano de Publicação	Quantidade de artigos	Metodologia	Citação
1999	1	Abordagem teórica e descritiva, baseada em revisão bibliográfica e análise de conceitos relacionados à auditoria de gestão e à utilização de indicadores de gestão no setor público.	(Grateron, 1999)
2006	1	Revisão bibliográfica para conceituar os principais aspectos relacionados aos sistemas de informações contábeis e gerenciais.	(Camelo; Gasparello; Favero, 2006)
2011	2	Abordagem metodológica que combina revisão bibliográfica e observação empírica. ----- ----- O artigo utiliza, combina pesquisa documental, entrevistas estruturadas e questionários para desenvolver um Modelo Teórico Operacional (MTO) de gestão da cadeia de suprimentos para o setor público (GCSSP)	(Vaz; Lotta, 2011) ----- (Tridapalli; Fernandes; Machado, 2011)
2012	1	Abordagem sistêmico-complexa, com revisão da literatura, entrevistas com servidores do MPOG, análise de documentos e dados secundários, e aplicação de um questionário baseado em cenários otimistas e pessimistas.	(Inamine; Erdmann; Marchi, 2012)
2013	1	Exploratório descritivo com o uso de dados qualitativos, uma vez que tem como objetivo conhecer aspectos de	(Silva;Crozatti,2013)

		uma realidade organizacional específica	
2015	1	Análise Envoltória de Dados (DEA) e Regressão Quantílica para avaliar a eficiência da gestão pública municipal	(Costa et al., 2015)
2017	1	Revisão de literatura sobre eficiência na alocação de recursos públicos e análise de determinantes classificados em cinco dimensões (combina revisão de literatura com análise quantitativa de dados para identificar determinantes).	(Campos; Costa, 2017)
2019	1	Utilização da Análise Envoltória de Dados (DEA) e regressão linear para estudar 184 municípios do Ceará, no período de 2007 a 2013.	(Silva; Crisóstomo, 2019)
2021	1	Descritiva, pois trata de identificar na literatura os estudos que se utilizaram da DRE como ferramenta de mensuração da eficiência na gestão do gasto público. Tem características qualitativas devido à predominância de dados descritivos.	(Lamoglia; Ohayon; Marques, 2021)
2022	1	Estudo de dados em painel utilizando a estratégia de diferenças em diferenças, com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) desagregada em três categorias.	(Ribeiro; Feitosa, 2022)
Total	11	-	-